



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

SIDNEY LUIZ LEITE DE SANTANA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL EM ESCOLAS DE RECIFE: UMA ANÁLISE À LUZ DA
PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA.**

RECIFE
2021

SIDNEY LUIZ LEITE DE SANTANA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL EM ESCOLAS DE RECIFE: UMA ANÁLISE À LUZ DA
PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA.**

Monografia, apresentada ao Curso de licenciatura em Educação Física, do Departamento de Educação Física da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como requisito para a obtenção do título de licenciado em Educação Física, orientado pela professora doutora: Rosângela Lindoso.

RECIFE
2021

SIDNEY LUIZ LEITE DE SANTANA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL EM ESCOLAS DE RECIFE: UMA ANÁLISE À LUZ DA
PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA.**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Aprovada em: ___/___/____ .

Profa. Dra. Rosângela Cely Branco Lindoso
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof Ms. José Mawison Cândido Lima
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Ms. Thamyrys Fernanda Cândido de Lima
Universidade Federal de Pernambuco

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S223i

LEITE, SIDNEY

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL EM ESCOLAS DE RECIFE: UMA ANÁLISE À LUZ DA PEDAGOGIA
HISTÓRICO-CRÍTICA / SIDNEY LEITE. - 2021. 46 f.

Orientador: ROSANGELA LINDOSO.

Inclui referências, apêndice(s) e anexo(s).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de
Pernambuco, Licenciatura em Educação Física, Recife, 2021.

1. Escolas Municipais. 2. Educação Infantil. 3. Educação Física. I. LINDOSO, ROSANGELA, orient. II.
Título

CDD 613.7

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pai todo poderoso, sabedor e provedor de todas as coisas, que me deu forças para superar todas as barreiras encontradas neste trabalho de conclusão de curso, assim como o fez em toda a minha vida, protegendo-me e guiando-me. A ele seja a glória.

Especialmente agradecer a minha esposa, minha companheira, minha amiga, meu amor, sempre presente, dividindo comigo o fardo, e sem a qual não teria chegado nem a metade da graduação, com quem compartilho desde as minhas atribulações até meu sonhos.

Aos meus pais, pela educação proporcionada ontem, hoje e sempre, mostrando-me em todo momento que o caráter e o valor de um homem, se avalia pelas suas atitudes, e que seguindo com verdade, honestidade e respeitando a todos, a vitória é certa.

As minhas irmãs, exemplos para todos que as conhecem, assim como para mim, a todo tempo dispostas a me ajudar das mais diversas maneiras, desprendidas que colocam as necessidades dos outros a frente das suas, e com as quais desejo conviver sempre. E aos seus esposos, meus cunhados, pessoas de igual honradez, pelos quais agradeço a Deus por colocá-los em nossas vidas

As minhas falecidas avós, as maravilhosas Rita e Dejaci, e a toda a minha família, tias, tios, primos e sobrinhos, que em toda a minha trajetória de vida, contribuíram para me tornar um homem melhor, e cada um a sua maneira e ao seu momento, com muito carinho, incentivaram-me, motivaram-me e ensinaram-me.

Aos meus professores da graduação, todos participes da formação, não apenas na construção de um profissional pronto, mas também de um ser humano mais justo e comprometido com a responsabilidade de contribuir com uma sociedade melhor, a partir da educação, especialmente a professora Ana Luiza Vieira e ao Professor Flávio Dantas.

A minha professora e orientadora, dr.^a Rosângela Lindoso, pelo carinho e tempo a mim disponibilizados, pela enorme e inestimável dedicação, confiança e cobrança, contribuições sem tamanho, pelas quais jamais poderei retribuir.

A todos os meus mais sinceros agradecimentos, que Deus lhes concedam vidas longas e prósperas.

RESUMO

Esse trabalho, que teve como intenção, investigar como as publicações na área da Educação Física - EF tratam a importância das suas aulas, nas séries iniciais do ensino fundamental da cidade do Recife. Quem ocupa, e como são ocupadas possíveis lacunas, deixadas pela ausência de professores de EF nestes locais. Para isso foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, bem como, análises de conteúdo. Neste intuito definimos como nosso problema de pesquisa: Qual a importância da EF, para os alunos das séries iniciais do ensino fundamental nas publicações na área, a partir do que preconiza a Pedagogia Histórico Crítica - PHC a função social da escola e da EF em escolas do município do Recife? E para respondê-lo, o seguinte objetivo geral: identificar a importância da EF, para os alunos das séries iniciais do ensino fundamental nas publicações na área a partir do que preconiza a PHC a função social da escola e da EF, em escolas do município do Recife. E dois específicos: a)expor a partir da PHC a função social da escola e da EF, e b)analisar os marcos legais/históricos da educação, notadamente da EF, ambos nas escolas municipais do Recife. Nos debruçamos sobre a a função social da escola e da EF, de acordo com o que preconiza a PHC e a abordagem crítico-superadora, também promovemos um resgate histórico, apontando os principais marcos legais que influenciaram as diretrizes educacionais atuais. E realizamos uma análise de conteúdo, a partir de unidades regulares, selecionadas criteriosamente de obras, que comprovadamente tratam do tema, de modo específico, e que foram pesquisadas nos periódicos RBCE – Revista Brasileira de Ciências do Esporte e SIB – Sistema Integrado de Biblioteca, reconhecidas no meio acadêmico por sua contribuição na divulgação das produções científicas, nesta e em outras áreas. Por fim, as obras nos mostraram que, apesar de no discurso, ou no papel, a EF ser tratada como importante, há ainda a necessidade de legitimação da EF, a compreensão dos seus reais objetivos, e melhores iniciativas públicas, e que as proposições perpassam por atender e combater de modo mais contundente estes pontos.

Palavras chaves: Escolas Municipais, Educação Infantil, Educação Física.

ABSTRACT

This work, which was intended to investigate how publications in the area of Physical Education-PE deal with the importance of their classes, in the initial grades of elementary education in the city of Recife. Who occupies, and how possible gaps are occupied, left by the absence of PE teachers in these places. For this purpose, bibliographical and documentary researches were carried out, as well as content analysis. To this end, we define our research problem as: What is the importance of PE, for students in the initial grades of elementary education in publications in the area, based on what the Critical Historical Pedagogic - PHC advocates for the social function of schools and PE in schools? of the municipality of Recife? And to answer it, the following general objective: to identify the importance of PE, for students in the initial grades of elementary education in publications in the area, based on what the PHC advocates for the social function of the school and PE, in schools in the municipality from Recife. And two specific ones: a) exposing from the PHC the social function of the school and the PE, and b) analyzing the legal / historical milestones of education, notably the PE, both in the municipal schools of Recife. We look at the social function of the school and PE, in accordance with what the PHC and the critical-overcoming approach advocate, we also promote a historical recovery, pointing out the main legal milestones that influenced the current educational guidelines. And we carry out a content analysis, from regular units, carefully selected from works, which are proven to deal with the theme in a specific way, and which were researched in the journals RBCE – Revista Brasileira de Ciências do Esporte e SIB – Sistema Integrado de Biblioteca, recognized in the academic world for their contribution in the dissemination of scientific productions, in this and other areas. Finally, the works showed us that, although in speech, or on paper, PE is treated as important, there is still a need to legitimize PE, understanding its real objectives, and better public initiatives, and that propositions they pass through to attend and to fight in a more forceful way these points.

Key words: Municipal Schools, Early Childhood Education, Physical Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIREME - Centro Latino Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde.
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq - Centro Nacional de Desenvolvimento e Científico e Tecnológico
EF – Educação Física
FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC – Ministério da Educação e Cultura
Mnmr – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
ONU – Organização das Nações Unidas
PHC - Pedagogia Histórico Crítica
RBEFE - Revista brasileira de Educação Física e Esporte
SCIELO - Scientific Electronic Library Online
SIB – Sistema Integrado de Biblioteca da UFRPE
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco
UPE – Universidade de Pernambuco

INTRODUÇÃO	10
METODOLOGIA	13
CAPÍTULO 1 - A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E DA EDUCAÇÃO FÍSICA, A LUZ DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E DA ABORDAGEM CRÍTICO-SUPERADORA	17
CAPÍTULO 2 - A EDUCAÇÃO FÍSICA PARA CRIANÇAS, DA DECLARAÇÃO DE GENEBRA 1922, AO OFÍCIO CIRCULAR 122/2015 DO RECIFE	25
CAPÍTULO 3 – COMO AS OBRAS TRATAM OS PROBLEMAS E PROPOSIÇÕES INDICADOS PELOS ATORES DA EDUCAÇÃO FÍSICA DO PRIMEIRO CICLO	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICES	43
ANEXOS	50

INTRODUÇÃO

A educação física EF escolar, como outras práticas pedagógicas, surge como uma resposta a necessidades sociais, inicialmente na Europa do século XIII, buscando contribuir com uma melhor capacidade física e boas condições de saúde de seus indivíduos, melhorando as forças de trabalho e militar das nações. Essa historicidade está exposta no trabalho (sobre o qual discorreremos a seguir) a baixo:

Sendo assim, práticas pedagógicas como a Educação Física foram pensadas e postas em ação, uma vez que correspondiam aos interesses da classe social hegemônica naquele período histórico, ou seja, a classe social que dirige política, intelectual e moralmente a nova sociedade.(COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 35)

Essa preocupação com o caráter militar da EF, influenciou fortemente o trato com esta disciplina no Brasil, especificamente na primeira metade do século XX, tendo ápice no projeto educacional do regime militar do Estado Novo(1937-1945). apenas sob regulamentação da lei nº 1212 de 1939, escolas de formação de professores civis foram criadas.

Ao fim da segunda grande guerra (1939-1945), outras perspectivas surgem com relevância, notadamente a concepção esportivista da EF, que delega uma preocupação com o rendimento na EF escolar, tendo como objetivo o êxito esportivo, uma pedagogia tecnicista. Assim a identidade da EF foi se moldando ao longo do tempo, no Brasil e no mundo.

As discussões sobre o papel social da EF escolar, conceberam um novo elemento a partir das décadas de 1970 e 1980, quando da inclusão nessa esteira dos movimento renovadores da EF, delegando a esta, o trato com os conhecimentos da Cultura Corporal de Movimento. E seguindo para a década de 1990, destacamos o advento da obra: Metodologia do Ensino de Educação Física.

O também conhecido como: Coletivo de Autores, de 1992, influencia parâmetros educacionais que norteiam a prática pedagógica da EF, na cidade do Recife, assim como influencia esta monografia. Também nesta obra destacam-se alguns princípios curriculares - Relevância social e contemporaneidade do conteúdo, adequação às possibilidades sócio-cognoscitivas do aluno, simultaneidade dos conteúdos enquanto dados da realidade, espiralidade da incorporação das referências do pensamento, provisoriade do conhecimento.

Neste trabalho desenvolvido em 1992, a EF é provisoriamente definida como: uma prática pedagógica que, no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança, ginástica, configurando uma área de conhecimento que podemos chamar de Cultura Corporal.

Ainda neste direção, observamos as mudanças, ou a tentativa de desconstrução, do papel social da escola, distanciando-a por vezes do seu principal objetivo, que é o de difundir conhecimentos e habilidades cruciais na construção de cidadãos capazes de interagir com a sociedade, ou ainda de modifica-la. Sobre estas mudanças apoiamo-nos em Rezende et. al.:

À escola, além de ensino, associou-se, em muitos casos, a responsabilidade de alimentar, residir, tratar de doenças, substituir educação familiar, promover festas comemorativas, etc. Não queremos dizer que a escola não possa promover e oportunizar estas atividades complementares. Tais atividades e ações são até importantes, considerando o quadro brasileiro, mas não podem, sob qualquer pretexto, descaracterizar a função essencial da escola. O que estamos constatando na atualidade é o inverso: o complementar tem sido mais enfatizado que o essencial.(REZENDE et. al., 1996, p.51)

No Brasil, segundo dados oficiais, fornecidos pelo Ministério da Educação (MEC), por meio de seu portal na internet, demonstrados abaixo (nas figuras 1, 2 E 3), corroboram com a ideia de que a educação básica carece de mais atenção.

Podemos observar, com base nos dados, que Recife está abaixo da média nacional. A figura 1 traz o resultado da média nacional, a figura 2 a seguir apresentará dados, com as melhores notas atribuídas a uma rede municipal do país, que foram os obtidos pela cidade de Serranópolis do Iguaçu, no estado do Paraná, e a figura 3 mostra os resultados da cidade do Recife em Pernambuco, local da nossa investigação.

FIGURA 1

Anos Iniciais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado							Metas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Total	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	5.8	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0
	Dependência Administrativa														
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	5.8	6.0	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	5.6	5.9	6.1
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	5.6	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4	5.7
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.8	7.1	6.0	6.3	6.6	6.8	7.0	7.2	7.4	7.5
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	5.5	3.6	4.0	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5	5.8

FIGURA 2

5º ano do Ensino Fundamental

Município	Ideb Observado								Metas Projetadas						
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU	5.4	5.8	7.2		8.0	8.1	8.7	8.5	5.5	5.8	6.1	6.4	6.6	6.8	7.0

FIGURA 3

5º ano do Ensino Fundamental

Município	Ideb Observado								Metas Projetadas						
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
RECIFE	3.2	3.8	4.1	4.1	4.2	4.6	5.0	5.2	3.2	3.6	4.0	4.3	4.6	4.9	5.2

Fonte: (<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=6334791>, em 08/02/2021)

Considerando que essas notas são conjecturadas a partir de avaliações oficiais, realizadas pelo INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, no exame conhecido como prova Brasil, somado ao índice de aprovação escolar, construindo o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

A evolução evidenciada nessa experiência exitosa, bem como a disparidade dos resultados apresentados, em relação aos verificados como média nacional e com valores atribuídos à região onde foi realizada a pesquisa, reforçam o mérito do estudo.

Se faz importante contextualizar essa comparação, a cidade que obteve o melhor desempenho, demonstrado na figura 2, Serranópolis do Iguaçu, é uma cidade emancipada a vinte e três anos, com território inferior a 500 km² e com população de 4513 habitantes, números do ano de 2018 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, responsável pelo censo no Brasil.

Bem diferente do Recife, município que além de ser a capital do estado, já possui mais de 1,5 milhão de habitantes, ainda sobre a atual conjectura, um panorama produzido pelo IBGE, pode ser observado dentre os anexos desta monografia.

Constatamos através dos dados, a justificativa e a necessidade de estudar o tema, tendo como eixo estruturante uma teoria pedagógica que orientou o processo pedagógico, a clareza do papel social da escola, e como a área de EF poderá contribuir neste sentido, a partir do entendimento do quão são relevantes tais práticas no cotidiano das crianças, e da influência que esta vivência proporciona nas demais fases da vida do indivíduo, quais principais adversidades e possibilidades, este contexto evidencia.

Diante deste cenário partimos do seguinte questionamento: Qual a importância da EF, para os alunos das séries iniciais do ensino fundamental nas publicações na área a partir do que preconiza a Pedagógica Histórico Crítica a função social da escola e da EF em escolas do Recife?

Para responder ao questionamento elaboramos os seguintes objetivos: objetivo geral, identificar a importância da EF, para os alunos das séries iniciais do ensino fundamental nas

publicações na área a partir do que preconiza a Pedagógica Histórico Crítica a função social da escola e da EF, em escolas do Recife.

E para tal estabelecemos dois objetivos específicos: a)expor a partir da teoria Pedagógica Histórico Crítica a função social da escola e da EF, e b)analisar os marcos legais/históricos da educação, notadamente da EF, ambos nas escolas municipais do Recife.

Apoiados por obras reconhecidamente valorosas, tais como: Richardson et. al. (1999); Bardin, (2011); Gil, (2002); Pierre, (2018); Romanowski e Ens, (2006);(Taffarel, (2016); Triviños, (1987); Bortolanza, (2016); Saviani, (2015); Breda dos Santos, (2003); Andrade, (2010); Penha, (2019); Souza, et. al. (2016). Esta monografia encontra-se organizada da seguinte forma: Metodologia; Capítulo 1 - A Função Social da Escola e da Educação Física, A Luz da Pedagogia Histórico-Crítica e da Abordagem Crítico-Superadora; Capítulo 2 - A Educação Física Para Crianças, da Declaração de Genebra 1922, Ao Ofício Circular 122/2015 do Recife; Capítulo 3 – Como as Obras Tratam os Problemas e Proposições Indicados Pelos Atores da Educação Física do Primeiro Ciclo; Considerações Finais

METODOLOGIA

A Pesquisa foi uma revisão bibliográfica realizada em sites de periódicos, relacionados ao campo do ensino da EF, bem como, com uma análise dos documentos disponibilizados, também eletronicamente, por entidades relacionadas, tais como, ministério da educação e das secretarias de educação do estado de Pernambuco e do município do Recife, a fim de estabelecer um nexos histórico e facilitar a compreensão da atual realidade das escolas em questão, e como estas autarquias reconhecem a importância da EF na escola.

Ainda com a intenção de promover uma nítida e fácil compreensão, detalhamos de modo simplificado, quais trilhos percorremos na construção deste trabalho de conclusão de curso, concordando que “método é o caminho ou a maneira para se chegar a um determinado fim ou objetivo e metodologia são os procedimentos e regras utilizadas por determinado método” (RICHARDSON et. al. 1999 pág. 22)

Todas as iniciativas aqui estabelecidas, corroboram com a teoria do conhecimento conhecida como Materialismo Histórico-dialético, que defende a capacidade de compreensão plena do mundo, sendo a ciência a principal responsável por permitir tal apropriação.

Entendemos que o método dialético é o que proporciona as ferramentas de pesquisa mais favoráveis a avaliar os objetivos da área que se deseja investigar, e que concede as condições para uma melhor coleta e análise das obras, bem como para uma coerente proposição superadora.

Uma revisão da literatura produzida, que trate das fases da aprendizagem, e mais especificamente aquelas que envolvam pesquisas que considerem o ambiente escolar, foi o ponto de partida, seguida de uma pesquisa documental, priorizando os parâmetros que regem a educação no ambiente investigado.

Outros alvos da pesquisa bibliográfica, são os trabalhos acadêmicos que retratam experiências exitosas, no que se refere ao ensino da EF nas series iniciais do ensino fundamental, a fim de promover uma comparação com a realidade encontrada e apresentar as possibilidades de melhorias no cenário.

Estas obras que contribuem com uma análise, constituem o campo empírico, sendo o conhecimento relacionado produzido, tais como teses, dissertações, livros, artigos e monografias, as principais fontes empíricas. Fichamentos, resumos e resenhas críticas destas fontes, bem como os documentos que servem de parâmetros curriculares do trabalho pedagógico.

Para analisar as informações obtidas, uma análise de conteúdo foi realizada, concordando que esta é compreendida como: “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47).

A organização e sistematização destes dados, foi feita através da exposição das contradições evidenciadas nas obras, a cerca das concepções de educação escolar, do currículo e trabalho pedagógico.

Na elaboração do problema norteador do trabalho, alguns elementos foram considerados, na busca de proporcionar uma maior clareza e entendimento para o leitor, entre eles: a existência de uma relevância social, o caráter empírico e a condição científica deste.

Em acordo com GIL que quando refere-se a problemas que não possuem essas características defende que: “A ciência pode fornecer sugestões e inferência acerca de possíveis respostas, mas não responder diretamente a esses problemas. Eles não indagam como são as coisas, suas causas e consequências, mas indagam acerca de como fazer as coisas.” (GIL 2002 pág. 24).

Novos resultados empíricos mostram que os investimentos em educação surtem mais efeitos quando realizados nos primeiros anos de vida, quando o cérebro ainda está se formando, assim como habilidades como autonomia e capacidade verbal. (Pierre 2018). E assim sendo demonstraremos mais alguns dados pertinentes.

Nesse caminho alguns elementos ajudaram no percurso a ser seguido, tais como os atuais documentos norteadores da educação municipal.

Reforçando a ideia de simplificar a compreensão, nos apoiaremos em obras, reconhecidamente valorosas, que explicam de modo detalhado cada passo seguido por nós, e como essas produções contribuíram nas reflexões apresentadas neste trabalho. iniciando com uma definição estritamente necessária.

De acordo com Romanowski e Ens (2006), o termo Estado da Arte resulta de uma tradução literal do Inglês, *state of the art*, e tem por objetivo realizar levantamentos do que se conhece sobre um determinado assunto, a partir de pesquisas realizadas em uma determinada área.

E é com esse entendimento que, foi realizamos uma análise dos documentos oficiais e atuais, LDB, BNCC e com o parâmetro intitulado como: Política de Ensino da Rede Municipal do Recife Ensino fundamental do 1º ao 9º Ano, que orienta o trato com a disciplina EF.

Uma pesquisa bibliográfica processada nas bases de dados conceituadas, Scielo - Scientific Electronic Library Online, encaminhando-no para a RBCE – Revista brasileira de Ciências do Esporte, e o SIB – Sistema Integrado de Bibliotecas, empregando as palavras-chave ou descritores, para identificar quais produções científicas, associam-se a temática tratada neste trabalho.

Identificamos 218 obras sobre as quais discorreremos mais adiante, destacando aquelas que mais se aproximam, e que possuem boa avaliação na plataforma qualis CAPES Sucupira, mas antes, trataremos de alguns esclarecimentos sobre essas bases de dados, fundamentais à compreensão do que veremos.

Para melhor entendermos o que é uma pesquisa bibliográfica, e sua importância na produção de trabalhos acadêmicos nos remetemos ao descrito por GIL:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas. (GIL , 2002 p. 44)

Segundo Gil (2002), os trabalhos acadêmicos, sejam eles na área da educação ou em qualquer outra, carecem, entre outras coisas, de contextualização, de um firmamento nas produções científicas já existentes. E os livros, caracterizados por ele como de referência informativa, tendo entre os principais: enciclopédias, anuários e almanaques, e de referência remissiva, descritos

também como catálogos, somados as publicações periódicas, jornais ou revistas, são as principais fontes.

Acrescentamos ainda que as bases de dados eletrônicos, cuja finalidade é reunir obras e facilitar o seu acesso, são atualmente o canal que permite a utilização retratada por Gil a dezessete anos atrás.

A capacidade de romper os limites de fronteira e de momento histórico, é a qualidade substancial de uma pesquisa bibliográfica, permitindo o investigador ligar-se a informações que não lhe parecem próximas, tanto do ponto de vista temporal, quanto de uma perspectiva geográfica.

E isso é uma contribuição significativa da tecnologia de informações às produções acadêmicas atuais. Possibilitando uma obra mais completa, com dados que podem ser comparados no âmbito nacional e internacional, ou ainda com elementos descritos em momentos históricos distintos.

Um cuidado em particular deve ser atribuído ao observador, o da qualidade da produção estudada, prioritariamente no que tange a forma de obtenção dos dados, a metodologia, e para isso, utilizaremos uma ferramenta conceituada, a plataforma Sucupira, sobre a qual discorreremos a seguir.

A plataforma Sucupira, criada em abril de 2014 a partir de uma parceria entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), autarquias vinculadas ao Ministério da Educação brasileiro (MEC), que por quase dois anos, depreenderam esforços para construir um ambiente eletrônico transparente e confiável, que permitiu toda comunidade acadêmica avaliar de modo resolutivo as obras de pós-graduação.

Ainda sobre a plataforma podemos aferir que foi assim nomeada para prestigiar o professor Newton Sucupira, professor, filósofo e advogado nascido em nove de maio de 1920 e falecido em 26 de agosto de 2007, notável defensor da pós-graduação no Brasil.

Uma das bases de dados mais completas e confiáveis que assistirá como instrumento esta pesquisa, é a Scielo - Scientific Electronic Library Online, biblioteca eletrônica fundada a partir de um projeto piloto desenvolvido pela FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo em 1997 e pelo BIREME - Centro latino Americano e do Caribe de Informações em

Ciências da Saúde. Em 2002 o projeto conseguiu o apoio do CNPq - Centro Nacional de Desenvolvimento e Científico e Tecnológico.

Atualmente é possível acessar nessa plataforma milhares de obras entre artigos, livros, trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações de mestrado, teses de doutorado, etc. Em 2018 a plataforma atingiu a marca de 800 mil acessos por dia em 15 países, e chega a revistas brasileiras.

Dentre as revistas, possíveis de acessar na base de dados da Scielo, uma em particular, a RBCE – Revista Brasileira de Ciências do Esporte, que dada sua reconhecida importância no tema desta investigação, foi a primeira base a contribuir na compreensão da atual conjuntura deste problema examinado. Outra plataforma, somará ainda neste trabalho:, o SIB – Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE, e sobre estes dialogaremos agora.

A Revista brasileira de Ciências do Esporte, ou RBCE, preocupasse como a divulgação gratuita das produção científica, relacionadas à Educação Física. desde setembro de 1979, possui obras produzidas em varias regiões do país, bem como em outros pais da América do Sul, além, de Estados Unidos, Canadá, França, Alemanha, Espanha e Portugal.

Quanto ao SIB – Sistema Integrado de Biblioteca da UFRPE, concluindo nossa explanação a cerca das bases eletrônicas contribuintes desse trabalho, trata-se de uma base de dados, desenvolvida em 2014 para salvaguardar o conteúdo das bibliotecas de cada um dos campi, e permitir o acesso de toda comunidade aos mais de 230.000 volumes contidos no seu acervo.

A seguir apresentaremos um quadro ilustrativo, com o número de obras possíveis de serem acessadas a partir das bases a cima citadas:

TRABALHOS POSSÍVEIS COM AS PALAVRAS CHAVES DE 01/2015 A 12/2020		
Base Eletrônica	Palavra Chave	Obras Encontradas
SIB – UFRPE	Escolas Municipais	7
	Educação Infantil	54
	Educação Física	101
RBCE	Escolas Municipais	0
	Educação Infantil	2
	Educação Física	54

DADOS ATUALIZADOS EM 02/02/2021

Percebemos em uma análise dos títulos das obras, uma a uma, que apenas 08 se aproximaram do nosso tema, e realizando a leitura dos resumos, das obras que a partir da identificação de seus títulos, nos pareceu com potencial para contribuir com nossos objetivos, apenas duas obras se mostraram concretamente satisfatória para nosso estudo.

Isso ocorre pelos mais diversos motivos, os principais são: o distanciamento por tratarem de conteúdos específicos da Educação Física (EF) como, a dança, a luta, o jogo e etc.; outra característica encontrada foi o trato com outras fases da educação e esferas da administração pública. Confirmando a importância de se aprofundar na leitura dos trabalhos com aparente potencial de uso, por exemplo:

Uma das obras que exigiram a leitura do seu resumo, para avaliar a possibilidade de utilização, foi *“Aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08 nas aulas de educação física: diagnóstico da rede municipal de Fortaleza/CE”*, de *Pereira et.al., 2019*, que trata sobre questões raciais nas séries finais do ensino fundamental.

A obra: *“Análise da utilização das dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais dos professores de educação física escolar da rede pública de ensino, no ensino do conteúdo, anatomia humana”*, de *Leandro Augusto da Silva, 2017*, aparece tanto na pesquisa realizada pelo descritor, Educação Infantil como quando buscamos através do descritor Educação Física, o que ocorre também com outros constructos.

Seguimos nosso percurso apoiados novamente em GIL:

“Os objetivos gerais são pontos de partida, indicam uma direção a seguir, mas, na maioria dos casos, não possibilitam que se parta para a investigação. Logo, precisam ser redefinidos, esclarecidos, delimitados. Daí surgem os objetivos específicos da pesquisa” (GIL 2002).

E assim concordando, o capítulo primeiro desta monografia tratará do objetivo específico de número um: expor a partir da teoria pedagógica histórico crítica a função social da escola e da EF, detalhando como foram desenvolvidos os instrumentos que permitem a construção do currículo defendido pelos documentos norteadores, e justificando de que modo, esta construção indica os caminhos que percorremos nessa produção.

CAPÍTULO 1 - A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E DA EDUCAÇÃO FÍSICA, A LUZ DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E DA ABORDAGEM CRÍTICO-SUPERADORA

Nesse capítulo, exporemos que a pedagogia histórico-crítica e abordagem crítico superadora, estão em unidade por partirem da mesma teoria do conhecimento: o materialismo histórico-dialético. Como expressão dessa unidade está explícito entre elas uma concepção de escola pública e de EF atrelada aos interesses das camadas populares, bem como numa perspectiva de transformação da sociedade capitalista. Concordamos com Taffarel ao expor que:

Consideramos que os fundamentos do marxismo enquanto filosofia, do Materialismo Histórico Dialético enquanto lógica e teoria do conhecimento, os preceitos veiculados pela Psicologia Histórico-Cultural e pela Pedagogia Histórico-Crítica se aliam a Metodologia do Ensino Crítico-Superadora da Educação Física e contribuem com as ações daqueles que lutam em defesa de uma escola pública de qualidade e para todos. (TAFFAREL, 2016 p. 20)

Para tanto seguiremos falando, individualmente a princípio e conjuntamente, a posteriori das contribuições que a filosofia, a teoria, a pedagogia e a metodologia acima mencionadas, incidem nesse trabalho, desde a concepção da ideia que lhe deu origem, passando pela escolha das obras que serviram de esteio, até a análise de conteúdo, e as proposições expostas na conclusão desta monografia.

Para ilustrarmos a unidade entre a pedagogia histórico-crítica e a abordagem crítico-superadora, a partir da influência da filosofia de materialismo histórico-dialético, lançaremos mão da

obra de Triviños, “*Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais*”. Publicado pela editora Atlas de São Paulo – Brasil, em 1987.

Nesta produção o autor promove uma exposição organizada de modo cronológico e sistematizado da origem e da evolução dessa filosofia. E inicia uma discussão a cerca da importância de compreender o problema fundamental da filosofia para a construção dos trabalhos acadêmicos, sejam construtos monográficos, dissertações de mestrados ou mesmo teses de doutorado.

A cerca do problema fundamental da filosofia, a relação de pensar e ser, assim definido por Triviños, podemos afirmar que este condiciona nossa compreensão dos elementos que trataremos mais adiante. E faz-se-a necessário também diferenciarmos os fenômenos e objetos materiais dos ideais, atribuindo ao primeiro um caráter externo a consciência, como por exemplo o mar, uma mesa, a chuva, etc., e ao segundo, os ideais, uma dimensão interior, e aí citamos os sentimentos, pensamentos, juízos e etc. como exemplos.

Ainda sobre o pensamento filosófico concordamos com o autor supracitado quando afirma:

Em primeiro lugar, vincula-se o conteúdo da Filosofia com as conquistas da ciência. Isto significa, por um lado, que suas afirmações sobre o mundo natural e social e, por conseguinte, sobre o homem e sua vida mudam de acordo com os avanços do pensamento científico. E, por outro lado, que os fenômenos e objetos do mundo não constituem um amontoado de coisas acabadas, mas em constante transformação.

Em segundo lugar, se a Filosofia trabalha com as verdades da ciência para explicar o mundo, fica fora de cogitação a especulação vazia. O pensar filosófico que possa alimentar-se de hipóteses e teorias sempre partirá de determinadas bases científicas.

Por último, se a filosofia pretende estabelecer leis do desenvolvimento do mundo, quer dizer que o ser humano é capaz de conhecer a realidade natural e social. Esta assertiva é essencial na concepção do mundo que pretendemos aceitar. (TRIVIÑOS, 1987 p. 17)

E sobre esta construção histórica, do materialismo, o autor discorre sobre, formatos diferentes de se defender essa ideia, como o materialismo ingênuo, que não excede o coloquial nem crítica para além do que é comum; o espontâneo, que embora represente um avanço em relação ao anterior, não possui clareza e aproxima-se do empirismo e do positivismo; o mecanicista, que restringe os fenômenos a processos mecânicos, e cujos principais pensadores pertencem a classe dos pré marxistas; e o vulgar, que entende que a matéria é basilar e a relação quantitativa e qualitativa do pensamento está associada as condições materiais.

Tais correntes são tratadas como bases para um evoluído e mais completo formato: o materialismo dialético. E sobre este são citadas três categorias como fundamentais, a matéria, a consciência e a prática social.

Sobre a matéria, inferimos que o materialismo dialético a reconhece como essência do mundo, que de acordo com as leis do movimento se transforma, que esta é anterior a consciência. Além de ser esta categoria filosófica relacionada com objetividade e independente da consciência individual, está ainda ligada a sistemas concretos, e ligada diretamente ao movimento, sendo esta condição *sine qua non* para sua existência.

Quanto a consciência, afirmamos que esta é a propriedade mais elaborada da matéria e relaciona-se com a abstração, ou seja, com a capacidade do indivíduo de conceber internamente as significações dos objetos e dos fenômenos, necessária a compreensão destes, e com as representações historicamente construídas, que permitiram os avanços sociais, pois derivou o senso de cooperação.

A prática social, desmistifica a dicotomia entre a ação e o pensamento, sendo este segundo defendido por correntes anteriores e menos elaboradas do que o materialismo dialético, como precursor no desenvolvimento humano, nesta perspectiva, as atividades ordinárias determinam a evolução psíquica, mesmo considerando a relevância das teorias nos avanços sociais, a elaboração, reformulação e adaptação destas se deram a partir da prática social.

Triviños trata ainda da capacidade dos indivíduos de compreenderem plenamente o que o cerca, “*se o mundo é cognível*”, e para tanto cita novamente os idealistas, desta feita dividindo-os entre idealistas subjetivos, aos quais define como descrentes da possibilidade de se conhecer o mundo em sua plenitude, e os idealistas objetivos, os que admitem tal possibilidade.

Dois grupos são indicados pelo autor, afim de tornar claro o entendimento desta dicotomia, os céticos, que compreendem os que não acreditam na possibilidade do homem compreender o universo, formado por ceticistas absolutos que repugnavam tal capacidade e os ceticistas relativos, estes últimos compostos por figuras representativas da filosofia, entre elas por pensadores agnosticistas, positivistas, fenomenalistas, relativistas e os subjetivistas.

Os defensores do dogmatismo e do materialismo dialético, compõem o segundo grupo, entre aqueles que creem no potencial de conhecimento do mundo, sendo a ciência a principal responsável por permitir tal apropriação.

E, para além da capacidade de compreender o mundo e da relação entre a matéria e consciência, nos provoca a indagação de como podemos atestar a veracidade do que conhecemos? E a partir do pensamento materialista dialético nos ajudar a compreender como o critério de verdade

foi concebido ao longo da existência humana, passando por um critério baseado na autoridade, um outro na evidência persuasiva e ainda um alicerçado na utilidade, para reafirmar a prática social como o critério defendido pelo materialismo dialético.

Tais definições, nos permite compreender a importância das bases filosóficas na organização de produções acadêmicas, como estas se apresentaram, como auxiliaram na construção do conhecimento e mesmo como perderam força ao longo da evolução do pensamento científico. Estes entendimentos permitem pesquisadores avaliar a relevância dos problemas de pesquisa, e assim selecionar melhor quais merecem serem investigados. O trabalho disciplinado permite-nos "estar conscientes" das classes de problemas que estamos enfrentando, se essenciais ou secundários. (TRIVIÑOS, 1987 p.16).

A psicologia histórico cultural, tem em Vygotsky, Leontiev e Luria seus principais nomes, o primeiro propôs um novo entendimento para da forma de apropriação dos conhecimentos, e é aqui destacado também pela defesa da presença impreterível do professor nesse processo, quando tratamos do conhecimento sistematizado, na função de par mais evoluído e de promotor da sistematização dos conteúdos.

Tendo como investigação principal, desvendar como ocorre o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, Vygostsky (apud. BORTOLANZA, 2016) se destaca por enfatizar o papel da cultura no desenvolvimento da cognição, do papel do professor, como já citado, no desenvolvimento intelectual da criança e por falar da mediação colaborativa, outros conceitos são importantes para compreender a psicologia histórico-cultural, como o da apropriação ou internalização do conhecimento, o da objetivação, e o das zonas de desenvolvimento.

A apropriação ou internalização do conhecimento remetem, a inclusão do homem na história, ou seja, o indivíduo só se torna parte da história quando pode transformar e reinterpretar os elementos do acervo da cultura construída historicamente, até que este conhecimento, lhe surja de modo voluntário. É a exigência de apropriação do conhecimento sistematizado por parte das novas gerações que torna necessária a existência da escola. (SAVIANI, 2015 p.288).

Quanto a objetivação podemos afirmar que, trata-se do caráter de transformar o abstrato o não concreto em objetivo, por exemplo, dentro de um contexto religioso, atribuir a Deus o nome e a função de pai, denota um objetivação do abstrato. A transformação da realidade concreta permite ao homem assumir a condição de protagonismo, e esta só se dá a partir da relação deste com a criação de condições favoráveis, concedidas pela educação, seja formal, não-formal ou mesmo informal.

Podemos afirmar que as zonas de desenvolvimento, descritas por Vygotsky, (apud. BORTOLANZA, 2016) são base para a compreensão da psicologia histórico-crítica. Estas são

divididas em zona de desenvolvimento real, que trata-se da condição atual da criança, aquilo que ela já domina. A zona de desenvolvimento proximal ou eminente, onde ocorre a mediação, tendo o professor como um destes instrumentos de mediação, e a zona de desenvolvimento potencial, que refere-se ao que se deseja atingir.

Assim como para a Psicologia Histórico-Cultural, quanto para a Pedagogia Histórico-Crítica, a afirmação da natureza social do homem confere à aprendizagem e ao ensino um lugar de destaque, também para a metodologia do ensino Crítico-Superadora da Educação Física. (TAFFAREL, 2015 p.14)

Entendemos a pedagogia histórico-crítica como uma contraposição necessária a tendências contemporâneas de “pedagogias da existência” (SUCHODOLSKI, 1978; SAVIANI, 1985). As teorias da educação tradicional e nova, e seus aspectos não críticos, são defendidos por Saviani como principal motivação para a elaboração da pedagogia histórico-crítica, nascida na década de 1980, em oposição as práticas tecnicistas, dominantes à época, partindo de cinco etapas: a prática social, como ponto de partida, a problematização, a instrumentalização, a catarse, e a prática social, como ponto de chegada.

Para a pedagogia histórico-crítica o papel da escola, é o de permitir o acesso do alunos aos conhecimentos formais, esta proposta surge a partir da inquietação de Saviani, a cerca da ausência de um sistema nacional de educação, diferente do que era exposto à época na LDB – lei de diretrizes e bases, e da reprodução da escola das condições da estrutura dominante, representadas por teorias que surgem como contra ponto as hegemônicas, e que não articulavam satisfatoriamente as possibilidades de acesso a democracia.

A contribuição das proposições de Saviani a este construto monográfico, se mostram mais evidentes quando confrontamos suas percepções do modelo atual da gestão educacional, e do que propõem os parâmetros educacionais e a legislação própria da área, com a realidade das instituições alvo da nossa investigação. E para compreendermos essas percepções, se faz necessário atentarmos para alguns conceitos apresentados pelo autor, tais como: o do clássico, o de currículo, e o do papel da educação escolar.

Quanto ao conceito de clássico, podemos concluir, que confere ao conteúdo que não perde sua importância com passar do tempo, aquilo que mesmo defendido por teorias e pedagogias ditas ultrapassadas, ou ainda aqueles que contradizem a histórico-crítica não devem ser excluídos dos currículos. “O “clássico” não se confunde com o tradicional e também não se opõe, necessariamente, ao moderno e muito menos ao atual. O clássico é aquilo que se firmou como

fundamental, como essencial. Pode, pois, se constituir num critério útil para a seleção dos conteúdos do trabalho pedagógico”. (SAVIANI, 2015 p.287)

Em relação ao conceito de currículo, defendido pela pedagogia histórico-crítica, atribui-se uma nova definição para tornar claro o seu objetivo. O antes descrito como: conjunto de atividades desenvolvidas pela escola é agora definido como: conjunto de atividades “nucleares” desenvolvidas pela escola. A adição da palavra nucleares, ocorre para evitar generalizações indevidas, bem como para que não seja deturpado o seu real papel. Isso para a EF é primordial, pois é comum atribuir a esta disciplina a função de desenvolver eventos comemorativos.

E então entramos no conceito do papel da educação escolar, corroborando com o defendido na concepção de currículo, proposta por Saviani, e compreendendo que cabe a escola básica socializar o conhecimento sistematizado, erudito, científico. Três palavras gregas facilitam este entendimento, segundo o próprio pesquisador. *Doxa* que significa opinião, *sofia* que remete ao saber adquirido a partir da experiência, e *episteme* que quer dizer ciência, ou seja o papel da escola é instrumentalizar o conhecimento elaborado.

Ainda refletindo sobre as considerações de Saviani, cabe destacar sua compreensão de transmissão de conhecimento, que assemelha-se ao descrito por Vygotsky por zonas de desenvolvimento Saviane define assim: “explicita o movimento do conhecimento como passagem do empírico ao concreto, pela mediação do abstrato. Ou a passagem da síntese à síntese, pela mediação da análise”(SAVIANI, 2005, p.142).

A abordagem crítico-superadora entende a cultura corporal como um tipo de conhecimento da disciplina EF, e a expressão corporal como uma linguagem desta cultura. E também porque essa perspectiva é aquela que mais avançou na sistematização e no trato do conhecimento da EF em escolas brasileiras. Nesse sentido, defendemos a presença, no ambiente escolar, de uma EF que promova a ação-reflexão-nova ação sobre as práticas corporais, a cultura corporal, em busca de uma formação crítico-superadora dos estudantes (PCPE 2013).

Uma vez que os próprios parâmetros estaduais, assumem a metodologia crítico-superadora como base para as suas orientações, e é sabido que existe um alinhamento, político/ideológico entre as gestões estaduais e municipais, lembrando que as escolas municipais são o alvo da nossa investigação, e que os parâmetros defendidos pela cidade do Recife corroboram com de Pernambuco, só reforça para nós a relevância de compreendermos esta metodologia e explica-la um pouco melhor.

Para explicarmos a metodologia de ensino crítico-superadora, indicaremos alguns pontos importantes para nosso construto, tais como: o pensamento teórico e a cultura corporal. Para

Tafferel, este primeiro “é condição *sine qua non* para compreender radicalmente as dimensões humanas encerradas em suas diversas atividades, logo, a compreensão teórica e prática das bases fundantes dessas atividades expressas nas formas mais desenvolvidas de conhecimentos e aptidões acumuladas historicamente e produzidas socialmente pelo gênero humano a cada modo de produção da existência marcada pelas contradições e conflitos entre grupos e classes sociais.”(TAFFAREL, 2016 p. 9)

Quanto a cultura corporal, objeto de estudo da EF, podemos afirmar que é composta pelos elementos/conteúdos da EF, o jogo, a dança, os esportes, a ginástica, lutas, entre outros. Essas práticas sociais, correspondem a conhecimentos historicamente construídos, e por tanto reforçam o dever da escola em tê-los no currículo. Considerando suas dimensões moral, estética, econômica, política, cultural, social e etc. E entendendo que a materialização deste conhecimento está diretamente relacionada com a realização da atividade prática ocorrendo de modo estruturado e com objetivo definido.

Do ponto de vista da educação o que significa, então, promover o homem? Significa tornar o homem cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação para intervir nela transformando-a no sentido de uma ampliação da liberdade, da comunicação e colaboração entre os homens (SAVIANI 1996). Esta menção corrobora com o entendimento de uma EF mais preocupada com o desenvolvimento pleno dos indivíduos, a fim de que estes consigam compreender melhor as suas relações com os seus pares e com o que lhe cerca, e assim dar melhores respostas, aos conflitos que o seu cotidiano apresentará.

Então concluímos que, a função social da escola e da EF, a luz da pedagogia histórico-crítica e da abordagem crítico-superadora, é transmitir o conhecimento historicamente construído, de modo sistematizado, promovendo a transformação do empírico no concreto, passando pelo abstrato, e instrumentalizar os processos de transmissão do conhecimento, considerando, os aspectos culturais e sociais, que compõe a práxis do indivíduo.

E para compreendermos melhor como os documentos norteadores da educação se desenvolveram, e como o acesso a referida transmissão de conhecimento se tornou um direito basilar, o capítulo seguinte exporá objetivamente, a construção histórica dos direitos das crianças, no tocante a educação e os parâmetros que a orienta.

CAPÍTULO 2 - A EDUCAÇÃO FÍSICA PARA CRIANÇAS, DA DECLARAÇÃO DE GENEBRA 1922, AO OFÍCIO CIRCULAR 122/2015 DO RECIFE

Veremos neste capítulo, inicialmente a construção cronológica dos documentos que garantem os direitos das crianças, no que se refere a educação na cidade do Recife, seguida por uma análise do que dispõe os parâmetros nacionais, estaduais e municipais, e por fim a relação, entre estes.

Partiremos da declaração criada pela liga das nações em 1922, sancionada em 1924, em Genebra na Suíça. E para tal precisamos compreender a conjuntura internacional, considerando que o mundo acabará de viver a primeira guerra mundial, e o temor de que outro evento desta natureza ocorresse, motivou os países a criarem a liga, sabidamente tal objetivo não logrou êxito, mas essa convenção proporcionou avanços significativos, para a estrutura atual de apanágios das crianças.

Ainda sobre a liga das nações, podemos inferir que esta funcionou como base para a criação da ONU, em 1948, sobre a qual discorreremos mais adiante. E também que o Brasil, divergindo com a ascensão alemã na organização, e descontente com o tratamento desdenhoso, desprendido às suas pretensões de ocupar posições mais relevantes, se aparta da entidade, e a esse respeito escreve assim a professora de relações internacionais da UNB, Norma Breda dos Santos.

A batalha brasileira pelo assento permanente no Conselho da Liga das Nações encerrou-se melancolicamente. No dia 18 de março de 1926, uma Comissão Encarregada de Estudar a Composição do Conselho era criada. Da Comissão fizeram parte os dez membros do Conselho e mais cinco membros – China,

Polônia, Suíça, Alemanha e Argentina. O Brasil participa da primeira sessão de reuniões dessa Comissão, de 10 a 17 de maio, mas não da segunda sessão que aconteceria meses mais tarde, uma vez que o governo brasileiro comunica sua retirada da Liga no dia 10 de junho de 1926.(BREDA DOS SANTOS, 2003)

A cerca da declaração de Genebra, que aqui consideramos como a primeira iniciativa internacional de estabelecer direitos básicos e universais às crianças, afirmamos que se trata da inicial ideia de que a criança é um sujeito de direitos. No século XX, o discurso predominante sobre a infância atribuiu-lhe o estatuto de sujeito de direitos, imagem construída com base na elaboração de dispositivos legais e documentos internacionais, entre os quais: a Declaração de Genebra (1923), a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) e a Convenção dos Direitos da Criança (1989). (ANDRADE, 2010 a).

Em 1945, após o fim da segunda guerra mundial, e como evolução da liga das nações, foi criada a ONU – Organização das Nações Unidas, com o objetivo substancial de preservar as futuras gerações das barbáries ocorridas nas duas grandes guerras, mantendo a paz e a segurança internacional. E sua principal contribuição provida à educação das crianças, se deu em 1948 com a criação da declaração universal dos direitos humanos onde descreve nos artigos 25 e 26, o compromisso dos países membros com as crianças e com a educação destas.

Outro documento oficial e relevante para compreendermos, a evolução da construção dos mecanismos protetores das crianças, é a convenção relativa ao estatuto dos refugiados em 1951, com vigência em 1954. Na qual defende direitos equivalentes no que se refere ao ensino primário. Onde os países signatários, dentre eles o Brasil, assumem a responsabilidade em dispor aos desterrados condições iguais das providas aos nacionais, e de equivalência com os demais estrangeiros nos demais níveis, concedendo reconhecimento e certificações.

Já de modo mais específico, no ano de 1959, na ONU, ocorre uma assembleia geral que adota a declaração universal dos direitos da criança, que dá ênfase na educação, saúde e proteção especial. E para ilustrar essa contribuição, nos atemos ao seu princípio sétimo:

A criança tem direito a receber educação escolar, a qual será gratuita e obrigatória, ao menos nas etapas elementares. Dar-se-á à criança uma educação que favoreça sua cultura geral e lhe permita - em condições de igualdade de oportunidades - desenvolver suas aptidões e sua individualidade, seu senso de responsabilidade social e moral. Chegando a ser um membro útil à sociedade.

O interesse superior da criança deverá ser o interesse diretor daqueles que têm a responsabilidade por sua educação e orientação; tal responsabilidade incumbe, em primeira instância, a seus pais.

A criança deve desfrutar plenamente de jogos e brincadeiras os quais deverão estar dirigidos para educação; a sociedade e as autoridades públicas se esforçarão para promover o exercício deste direito.

Direito a ser socorrido em primeiro lugar, em caso de catástrofes(ONU, 1959).

No Brasil, no ano de 1961, foi criada a primeira lei de diretrizes e bases da educação nacional, discutida por treze anos, a lei que tramitou no congresso a partir de 1948, foi sancionada pelo então presidente da república, João Goulart, sob a lei 4024, em concordância com o disposto na declaração de 1959 da ONU. E representou para época grande avanço na educação do país designando claramente as atribuições federais, municipais e estaduais, bem como das famílias.

A lei 4024 passou por modificações, dada a conjuntura do país, que sofrera um golpe militar, em 1964, abrindo novamente o debate sobre o formato da educação brasileira, e culminando em uma nova estruturação, que perduraria por vinte e cinco anos, a lei 5,692 de 1971

a Lei n. 5.692/1971. Dentre as alterações ao texto podemos destacar a fusão dos antigos ensinos primários e ginasial, organizados em um currículo único de oito anos (ensino de 1 o grau) e a reestruturação do ensino do antigo colegial (ensino de 2 o grau) voltado basicamente para uma feição profissionalizante. No campo da educação infantil, a Lei reforça a questão das empresas quanto à educação dos filhos de suas trabalhadoras, já anunciada na Lei n. 4.024/1961.(ANDRADE, 2010 b).

Duas décadas após a adoção dos direitos universais da criança, celebrando o ano internacional da criança, começa a ser desenvolvido o mais completo e inovador instrumento de proteção aos direitos das crianças (qualquer indivíduo menor de 18 anos), a convenção das nações unidas sobre os direitos da criança, proclamada pela ONU em 1989, munida de 54 artigos, e ratificada por 192 países, confirmada no Brasil um ano depois.

Nesse período, cinco outros eventos merecem ser citados, são eles: a criação do projeto: Alternativas de Atendimento aos Meninos e Meninas de Rua, em 1981, o surgimento do MNMMR – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, em 1985, o Primeiro Encontro Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, em 1986, a emenda popular: Criança, Prioridade Nacional, em 1987, e o Fórum Nacional de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que precedeu a criação do ECA, em 1988.

Ainda no ano de 1988, em outubro, é promulgada a denominada Constituição Cidadã, ou ainda Constituição das Crianças e Adolescentes do Brasil, incluindo a emenda popular do ano anterior que contou com mais de 250 mil assinaturas, o que nos permite compreender o apelo popular por mais respeito no tratamento com os nossos pequenos, principalmente considerando que os meios de se reunir grandes movimentos eram substancialmente custosos, trabalhos e complexos.

Seguindo esse percurso histórico, chegamos a um 1990, e a um marco dos mais importantes, que é a criação do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, documento que fornece suporte aos

parâmetros educacionais vigentes, sejam nacionais, estaduais ou municipais. Sancionado em julho deste ano, antes mesmo da ratificação do Brasil à convenção de 1989 da ONU.

Sobre o ECA, pode-se ainda afirmar que, deriva de lei 8,069, decretada pelo congresso nacional da época e sancionado pelo então presidente Fernando Collor, possui 267 artigos, dentre estes alguns modificados, nos anos seguintes. Sete destes artigos remetem especificamente a educação, e outros sete discorrem sobre as questões como cultura, esportes, lazer, diversões e espetáculos.

Em outras palavras apenas 14, ou menos de 6% em um universo de 267 artigos relacionam-se de algum modo com a EF, o que convenhamos, parece insuficiente. A título de comparação observamos que 96 destes dispositivos, ou seja, aproximadamente 36%, dispõem sobre pontos ligados a infrações delituosas, formas de repreensão e procedimentos jurídicos afins. Ainda para ilustrar podemos dizer que as palavra educação aparece por 15 vezes e escola por 3, no documento, enquanto que a palavra infracional, aparece por 29 vezes.

Ainda assim entendemos que mesmo com essa discrepância, quanto a ênfase do estatuto, se os trechos destinados a escola e a educação forem seguidos, podemos ter sucesso na formação de indivíduos plenos, independentes e verdadeiramente livres. Para ilustrar tal posição trazemos:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária .(ECA, 2017)

Na década de 1990 outros acontecimentos se mostram pertinentes para nossa discussão, entre eles mencionaremos: a criação do pacto pela infância e do conselho nacional dos direitos da criança e do adolescente, em 1991; a primeira e a segunda reuniões de cúpula de governadores pela criança, em 1992 e 1993 respectivamente; a realização da primeira conferência nacional dos direitos da criança e do adolescente, 1995.

Contudo o evento mais importante concernente ao nosso estudo, é a criação da LDB - Lei de Diretrizes e Bases de 1996, revogando as leis 4.024 de 1961 e 5.540 de 1968 (esta, referia-se ao ensino superior, não relevante nesse trabalho). E versando em 92 artigos sobre os temas da educação brasileira, desde de o ensino infantil até o superior. Sancionada em 20 de dezembro, sob a lei número 9394/96. E contribuindo enormemente na construção das orientações desenvolvidas posteriormente pelas secretarias estaduais.

A também chamada, Lei Darcy Ribeiro, em homenagem ao antropólogo, escritor, educador e político brasileiro que militou pela educação no país, e participou diretamente da elaboração da

LDB, determina que o ensino fundamental deve ser gratuito e designa as obrigações de estados e municípios, bem como as da federação.

Sendo obrigatoriamente, o governo federal responsável pelo ensino superior, entre outras atribuições, os estados encarregados pelo ensino médio, e as cidades incumbidas do ensino fundamental, não restringindo a possibilidade de gestão de níveis diferentes por estas autarquias. A LDB define ainda a carga horária mínima para cada ensino e os direitos e deveres de professores, diretores e outros profissionais envolvidos no processo educacional.

Apresentar as diretrizes curriculares básicas, é de fato um dos pontos mais significativos desta terceira LDB, tal iniciativa embasou a construção dos atuais documentos norteadores da educação que trataremos aqui, a BNCC - base nacional comum curricular, no âmbito federal, o PCPE – Parâmetros curriculares do estado de Pernambuco, na esfera estadual e no domínio municipal, a orientação denominada de Política de ensino da rede municipal do Recife. Todos já citados aqui e sobre os quais discorreremos a seguir.

Segundo dados do ministério da educação, disponibilizados em seu portal na internet: “<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>” a BNCC - base nacional comum curricular, foi prevista desde a promulgação da constituição brasileira em 1988, sendo reforçada sua existência na LDB de 1996 e na elaboração dos Parâmetros Curriculares nacionais (PCN's), lançados em 1997, 1998, e 2000, sendo um para o ensino fundamental do 1º ao 5º ano, um voltado para os anos 6º ao 9º também do ensino fundamental e outro para o ensino médio, respectivamente.

Apenas em 2008, o programa Currículo em movimento, aparece como uma iniciativa de se construir um currículo para todo o país, respeitando os valores regionais, culturais e artísticos, tal como descrito em 1988, na constituição.

Em 2010 novo avanço, com a resolução nº 4 de 2010, definindo as diretrizes nacionais gerais para a educação básica (DCNs), completada pelas resoluções, nº 5 de 2009, tratando das diretrizes do ensino infantil, da nº 7 de 2010, relacionada ao ensino fundamental e da nº 02 de 2012, referindo-se ao ensino médio, todas arquitetadas pelo conselho nacional de educação.

Nos anos seguintes, outros eventos contribuíram na construção, tais como: a portaria nº 1,140 de 2013, do Pacto nacional pelo fortalecimento do ensino médio, a lei nº 13.005 de 2014, estabelecendo metas para a melhoria da educação, e o referencial produzido pela 2ª conferência nacional de educação, também em 2014,

O último ato do governo federal, antes da elaboração da primeira versão da base, 16 de setembro de 2015, foi o seminário interinstitucional para a elaboração da BNC resultando na

portaria 592 de 2015 que definiu como seriam escolhidos os assessores e especialistas responsáveis pela construção da base.

Outras duas versões foram elaboradas e discutidas por professores, gestores e especialistas em 27 seminários estaduais, ocorridos entre 23 de junho a 10 de agosto de 2016, até a homologação pelo ministro da educação Mendonça Filho, da versão final em 20 de dezembro de 2017, iniciando um processo de formação e capacitação de professores e apoio aos estados e municípios para a adequação dos seus currículos.

De acordo com Tenório, et al., (2013) cinco principais propostas de orientações, antecederam a construção do PCPE – Parâmetros Curriculares do Estado de Pernambuco, que ainda é ainda vigente, estas cinco iniciativas são assim descritas pelos autores:

1º INICIATIVA (1989/1990) - Contribuição ao debate do currículo em Educação Física: uma proposta para a escola pública.

2º INICIATIVA (1992) - Subsídios para organização da prática pedagógica na escola: educação física - Coleção Carlos Maciel.

3º INICIATIVA (1998) - Política de ensino e escolarização básica - Coleção Paulo Freire

4º INICIATIVA (2006) - Base curricular comum (BCC) para as redes públicas de ensino de Pernambuco - Educação Física

5º INICIATIVA (2010) Orientações teórico-metodológicas (OTMs) - Educação física (EF) - Ensino fundamental e médio.

A construção desses parâmetros se deram em conformidade com o atr. 6º da constituição federal de 1988, que trata como um direito de todos a educação, e preocupando-se com os modelos e níveis de performance dos alunos, com a formação dos professores e com as propostas de programa de ensino., de modo integrado.

“Este documento resulta de uma ação da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco em articulação com a UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) e com o apoio do CAEd (Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da UFPE (...))” (PCPE, 2013, p.17)

A avaliação da aprendizagem e a avaliação das propostas, também tiveram destaque nessa elaboração, buscando considerar os vários tipos de instrumentos de modo formativo, e analisando a relação entre o que fora pretendido e atingido, promovendo as devidas adequações.

Importante destacarmos a participação de cerca de 4000 professores, distribuídos nas 17 gerências regionais de educação do estado, e observando as quatro áreas do conhecimento, língua portuguesa, matemática , ciências naturais e ciências humanas.

No âmbito local, destacamos A Política de Ensino da Rede Municipal de Ensino do Recife, construída em 2015 e revisada em 2019, considerando a homologação da BNCC, em 2017. e com a colaboração das principais universidades da cidade, UFPE, UFRPE, UPE, e UNICAP, assessorando o grupo de trabalho, formados por docentes e técnicos pedagógicos, responsáveis pela elaboração.

Este grupo de trabalho dividiu em seis cadernos assim chamados:

- Fundamentos Teórico-Metodológicos;
- Educação Infantil;
- Ensino Fundamental do 1o ao 9o ano;
- Educação de Jovens e Adultos;
- Educação Inclusiva: Múltiplos Olhares;
- Tecnologias na Educação.

Concluimos nossa jornada pelos eventos mais relevantes dos séculos XX e XXI, para a educação e os direitos a ela relacionados, no tocante ao nosso campo de estudo, com o acontecimento que mais nos provoca reflexão, o ofício circular 122/2015 da secretaria de educação do Recife, que apesar de pouco estudado e pouco conhecido pelos acadêmicos, e assim afirmamos por encontrar apenas um trabalho acadêmico discutindo-o. Trata-se do construto monográfico do professor Alexandre Francisco da Penha.

Em seu trabalho de conclusão de curso, intitulado: A Educação Física nos Anos Iniciais e suas Implicações a Escola. O professor de EF, Penha, formado pela UFRPE, investigou a importância do professor de EF nos anos iniciais do ensino fundamental, bem como a atuação dos professores chamados por ele de polivalentes, referindo-se aos especialistas de outras áreas, que exerciam a função de professor de EF, cumprindo os prescritos do ofício circular 122/2015.

“O papel da professora polivalente no momento das Aulas de Educação Física, além de “abre alas” de caráter introdutório, é um “termômetro” para medir o temperamento e as condições pessoais de cada criança, pois a mesma permanece com as crianças na maioria do tempo, sendo encarregada não só pela alfabetização das crianças, mas por todas as situações que envolvem a criança desde o chão de escola até sua casa e sua comunidade, a confiança na professora, adquirida através da vivência em sala de aula, é uma importante ferramenta para o sucesso do trabalho.”(PENHA, 2019)

Sobre essa ausência de material tratando do assunto, a EF nas séries iniciais do ensino fundamental na cidade do Recife, de modo específico, e para analisarmos a realidade e as possibilidades do ensino, apresentaremos no capítulo a seguir nossos resultados.

CAPÍTULO 3 – COMO AS OBRAS TRATAM OS PROBLEMAS E PROPOSIÇÕES INDICADOS PELOS ATORES DA EDUCAÇÃO FÍSICA DO PRIMEIRO CICLO

Com a intenção de apresentarmos os resultados interpretando-os de modo controlado, lançaremos mão da técnica conhecida por análise de conteúdo, definido pela professora Laurence Bardin, como:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47).

Entendendo estes aspectos importantes da técnica, como a comunicação e seus diferentes tipos, a interpretação das obras pesquisadas para a elaboração deste trabalho monográfico seguem alguns preceitos básicos, na busca dos melhores resultados possíveis, a partir dos dados obtidos.

Entre estes preceitos destacaremos, as três etapas, defendidas por Bardin, que permitem evitar que incorramos em alguns deslizes prejudiciais a qualidade do trabalho, como: superficialidade, obviedade, interpretação única, preconceito e parcialidade, e estas etapas são:

1ª ETAPA - ORGANIZAÇÃO

Levantamento do que e como utilizar, definir qual material é relevante para o nosso problema de pesquisa.

2ª ETAPA - CODIFICAÇÃO

Observar a unidade de registro, o que vamos analisar, exemplo temas, objetos, verbos e etc. E a unidade de contexto, onde está a unidade de registro, especificamente.

3ª ETAPA - CATEGORIZAÇÃO

Realizar um agrupamento dos dados de modo semântico, sintático, lexicográfico ou verificando frequência, de modo padronizado, promovendo a generalização analítica.

Cabe aqui lembrarmos ainda, alguns conceitos que orientam todo o trabalho, como por exemplo: o conceito de objetividade – observação imparcial, sem preferências individuais, nem opiniões pessoais e infundadas, basear-se na realidade concreta. Também o de subjetividade - observação parcial, tendências pessoais, que devem ser evitadas neste tipo de análise.

Seguindo as três etapas descritas por Bardin, iniciaremos nossa análise definindo qual material iremos utilizar e de que maneira o faremos, considerando sua relevância, qualidade e principalmente contribuição, no que diz respeito a atenção dos objetivos propostos neste construto.

A partir da pesquisa bibliográfica realizada nos periódicos selecionados para tal, e considerando as obras produzidas entre os anos de 2015 a 2020, buscando uma aproximação maior com a realidade atual, nos debruçaremos em particular sobre duas, um artigo e uma monografia, por entender que além de avizinhar-se com nosso problema de pesquisa, nos concede a oportunidade de retratar fielmente a realidade atual. São elas respectivamente:

- “A percepção de professores polivalentes regentes do ensino fundamental sobre a educação física”, artigo escrito de modo conjunto pelos professores Cleyton Batista de Sousa, Diego Luz Moura e Marcelo Moreira Antunes, e disponibilizado em 2016; (obra 1)
- “A Educação Física Nos Anos Iniciais e Suas Implicações na Escola.” de 2019. monografia escrita pelo professor Alexandre Francisco Penha, sob a orientação da professora doutora Andrea Carla de Paiva. (obra2)

Ilustraremos a seguir, nas figuras 4 e 5, com uma representação visual, conhecida como nuvem de palavras que demonstra hierarquicamente as palavras, expressões e códigos mais frequentemente encontradas nas obras.

FIGURA 4 (obra 1)



FIGURA 5

(obra 2)



Conhecendo nosso foco de investigação, ou seja, o que utilizaremos, encaminhamo-nos para o como, que é o destaque da forma que empregaremos os dados. E seguiremos oito pontos considerados principais:

1. A organização dos dados;
2. A reflexão;
3. O tempo;
4. O aprofundamento de significados;
5. A identificação de inter-relações;
6. A identificação intra- relações;
7. A coerência;
8. A coesão.

Considerando estes pontos, enfatizaremos inicialmente a organização dos dados, que serão distribuídos em uma planilha simples, e de fácil compreensão, que contará com as unidades de registro selecionadas. Ressaltando que não consideramos aqui, pré e pós textuais.

SELEÇÃO DAS UNIDADES DE REGISTROS / ARTIGO		
UNIDADES	FREQUÊNCIA	LOCAL NA OBRA (páginas)
1 importância	11 vezes	2,3,4,5 e 6
2 prefeitura / município(pal)(pais)	8 vezes	3,4, e 5
3 professor (s)(as) polivalentes	17 vezes	2,3,4,5,6,7 e 8
4 educação infantil	0	
5 escolas	15 vezes	2,3,5,6,7 e 8
SELEÇÃO DAS UNIDADES DE REGISTROS / MONOGRAFIA		
UNIDADES	FREQUÊNCIA	LOCAL NA OBRA (páginas)
1 importância	20 vezes	9,11,12,15,19,20,21,22,25,26,28,30 e 32
2 prefeitura / município(pal)(pais)	26 vezes	10,11,12,13,14,15,26,28 e 29
3 professor(s)(as) polivalente(s)	6 vezes	20,26,29 e 32
4 educação infantil	7 vezes	13,16,23,29 e 32
5 escolas	9 vezes	9,12,13,14,26 e 29

Prosseguindo, a partir das unidades demonstradas acima, promovendo uma reflexão, revisitando as obras, executando releituras destas, e respeitando o ponto de número 3, o tempo, e o ponto número 4, o aprofundamento de significados; estritamente importantes na busca por inferências maduras e não superficiais.

Observamos que, mesmo se tratando de formatos diferentes de comunicar, as obras trazem consigo expressões, significados, motivações e outros símbolos que por vezes se aproximam e por outras se afastam, e a essas conformidades e falaremos primeiro. E aqui já estabelecendo as inter-relações, bem como as intra-relações, atendendo aos pontos 5 e 6 supracitados.

Tomando como exemplo, o destaque ao signo “importância”, que nos trabalhos aparece quando os autores buscam indicar a relevância do conteúdo EF, nas séries iniciais do ensino fundamental, contribuindo com nosso problema de pesquisa, ao retratar que os atores envolvidos, sejam eles professores, secretários de educação, representantes de classes ligadas ao tema, etc., concordam que é indispensável o acesso aos conteúdos da cultura corporal, ao menos no discurso.

Ainda nesse contexto, evidenciamos um impasse, a ausência do professor de EF, implica na desvalorização da disciplina, e sua presença está condicionada a uma maior valorização, logo como proporcionar formação integral, diante deste conflito?

A cerca da divergência do discurso com a prática, percebemos que as obras nos trazem o modo raso, como os professores polivalentes compreendem os objetivos da EF, enquanto disciplina obrigatória, por vezes atribuindo conceitos ultrapassados, como o da esportivização ou ainda pior, quando indicam um viés recreativo, condicionando a participação dos discentes ao bom comportamento.

Tal condição, destorce a forma como os alunos entendem a relevância das práticas corporais, e contribuem para desvalorização da disciplina, evidenciando a necessidade da continuidade dos debates e da busca pela legitimação deste componente curricular.

A segunda unidade regular, prefeitura e/ou município(pal)(pais), nos ajuda a compreender a esfera pública diretamente responsável pela elaboração dos currículos e dos parâmetros a serem seguidos pelas instituições que tem a incumbência de proporcionar o ensino, nesta fase da vida, campo empírico dos autores, as escolas.

Quanto a expressão, professor(s)(as) polivalente(s), além de apontarem o grande percentual de mulheres, nestas funções, as pesquisas inferem que, estes profissionais, apesar de se mostrarem a favor do acesso dos alunos aos conteúdos da EF, não dispõem de uma formação que lhes permitem realizar essa aproximação de modo satisfatório. E assim discorrem Pereira et.al.:

Acreditamos que, nesse caso, a presença de professores especialistas pode ter influência nesses resultados, posto que em escolas que não dispõem desses professores as aulas de EF, quando são ministradas, não acontecem de forma sistematizada/organizada, fica o professor polivalente com a liberdade de definir o número de aulas por semana, bem como sua duração (Silva Filho e Pereira, 2012; Pereira et. al., 2009).(apud SOUZA, et. al. 2016)

As similaridades encontradas nas obras, ficam ainda mais evidentes quando tratamos desta unidade regular (professores polivalentes), pois, mesmo referindo-se a duas cidades distintas, Rio de Janeiro e Recife, observamos condições semelhantes no trato com os conteúdos da EF. Onde as respectivas secretarias de educação municipal, lançam mão de subterfúgios legais, para evitar os custos com a contratação de professores licenciados em EF.

Destacamos aqui as diferentes “brechas legais” encontradas pelas gestões municipais, no caso da prefeitura municipal do Rio de Janeiro – RJ:

Artigo 31 Do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, os componentes curriculares Educação Física e Arte poderão estar a cargo do professor de referência da turma, aquele com o qual os alunos permanecem a maior parte do período escolar, ou de professores licenciados nos respectivos componentes.(BRASIL, 2010)

E no caso da prefeitura municipal do Recife – PE:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.(LDB, lei nº 9394)(BRASIL 1996)

Ambas iniciativas legais buscam, no nosso entendimento, simplificar o acesso aos conteúdos da cultura corporal, considerando que em condições desfavoráveis, como por exemplo: regiões de difícil acesso no interior do país, sejam elas no sertão ou em cidades da região norte onde só se chega de barco ou por meio aéreo, os alunos não tenham seu direito tolhido.

Notadamente não é o caso das duas cidades mencionadas, pois tratam-se de duas grandes capitais do Brasil, que dispõem de recursos e meios para disponibilizar para as suas crianças uma educação de qualidade com profissionais especialistas. E ainda enxergam a educação como custo, não como investimento, capaz de promover a ascensão social.

Dentre as unidades regulares selecionadas, o termo “educação infantil”, foi o que se mostrou menos aparente, também por que os autores utilizaram de expressões sinônimas, para se referirem a este termo. Mesmo sendo esse o período de escolarização estudado, o enfoque nas percepções, no caso do artigo, e da relevância do tema no caso da monografia, igualmente explicam a esse número reduzido.

Escolas, como a última expressão escolhida para compor nossa relação de unidades regulares, e aqui destacamos que não consideramos as variações, no singular por exemplo, e ainda assim este mostrou-se um signo bastante encontrado nas obras, ora para indicar os locais onde

foram realizados os estudos, ora para discutir a sua real função, e também entre outros motivos, para trazer os dados obtidos.

Descrevendo os números, de modo mais específico, observamos que, quando buscamos estabelecer relações entre as obras parindo das unidades regulares escolhidas, constatamos que a expressão “importância”, constante no artigo, ou obra 1, 11 vezes e na monografia, ou obra 2, 20 vezes, permiti-nos inferir que foi preocupação dos autores salientar a ideia de relevância no tema.

Ainda nesta descrição, vimos que o termo “prefeitura / município(pal)(pais)” ou similar, são trazidos pelos autores, na obra 1 por 8 vezes e na obra 2 por 26 vezes, com a intenção de categorizar a esfera administrativa responsável, e ainda mostrar-nos de quem, diretamente, é a iniciativa de permitir, ou não, a atuação de professores especialistas. Sendo esta unidade a que mais se verifica.

Cabe também pontuarmos que os números refletem o tamanho das obras, notadamente no artigo encontraremos menos signos que na monografia. Um exemplo oposto é a unidade de 3, professor (es)(as), que aparece mais na obra 1, por 17 vezes, que na obra 2 vista por 6 vezes, sem prejuízo à nossa análise.

Contrariamente a expressão de número 3, a termo “educação infantil”, de número 4, foi localizada apenas na monografia, por 7 vezes, mesmo sem localizá-la na obra 1, não verificamos prejuízos na compreensão do espaço educacional a que se refere o artigo, visto que este refere-se aos primeiros 5 anos do ensino fundamental, já a obra 2 pontua que nesse período também se faz importante a vivência com as práticas corporais.

Seguindo para a unidade número 5, escolas, apresentada na obra 1 por 15 vezes, e na obra 2 por 9 vezes, e aqui compreendemos que o número foi maior no artigo, por conta de não termos considerado algumas variações da palavra, como por exemplo: o seu singular, o que elevaria, em muito, o número de vezes que iríamos encontrá-la na monografia, sem prejuízos aos nossos objetivos.

Já as proposições verificadas tanto no artigo, quanto na monografia, aqui analisados, perpassam pela presença do professor licenciado, esbarrando em um dilema: é preciso um professor para ajudar a legitimar a disciplina, porém, sem legitimação os espaços proporcionados para a atuação deste especialista se mantém escassos. Sobre esta legitimação Souza et. al. dialogam:

Cabe ressaltar que a EF conseguiu sua legitimidade por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (Brasil, 1996), porém ainda persistiu a ânsia de obter uma legitimidade entre os atores da comunidade escolar. Vemos que, com relação aos professores do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, essa legitimidade foi alcançada. Porém, ficou claro nos discursos anteriores a necessidade de conscientização dos docentes a respeito dos objetivos da área (SOUZA et. al., 2016, p. 382)

Cabe aqui destacarmos que a monografia de Penha, traz ainda a iniciativa de representantes da sociedade civil, como o sindicato dos professores do Recife (SIMPERE) e o conselho regional de EF (CREF12/PE-AL), além do destaque ao empenho de representantes do poder legislativo da cidade, especificamente com os vereadores Isabella de Roldão e Rinaldo Júnior, conforme este autor relata:

Contudo, em Audiência Pública (Anexo 1), realizada pela vereadora Isabella de Roldão, datada em 14 de setembro de 2015 na Câmara Municipal do Recife, foi debatido o tema “Educação Física nas Escolas Municipais do Recife”, evidenciando o Ofício Circular 122/2015 (ANEXO 2), momento que foram apresentados questionamentos referentes ao ofício. (PENHA, 2019, p.14)

Sobre o assunto Penha discorre também:

Ainda sobre o assunto, em 29 de março de 2019, foi realizada nova Audiência Pública (Anexo 3), na Câmara Municipal do Recife, com o tema: “Os Desafios da Educação Física no Município do Recife”, que além de tratar da questão dos professores de Educação Física nas aulas da educação básica, tratou de outras questões relacionadas à área. A audiência foi proposta pelo vereador Rinaldo Júnior e contou com a presença da presidente do CREF12/PE e conselheiros. (PENHA, 2019, p.15)

A cerca das possibilidades, ou seja, das proposições de alteração do cenário atual, contidas nas obras escolhidas, destacamos que o artigo de Souza et. al., enfatiza modificações diretas no modo como os professores polivalentes compreendem os objetivos da disciplina, mesmo identificando importância, como percebido no trecho:

Nota-se que o desenvolvimento motor (86,4%), a promoção da saúde (81,2%) e a formação de valores (81,2%) foram as três finalidades mais valorizadas pelos docentes. Logo em seguida aparecem a recreação (51,9%) e a formação de atletas (48,7%).(SOUZA et. al.,2016 p.378)

E também quando discorre:

Por fim, perguntamos aos pesquisados se a EF ajuda a aprender outras disciplinas. Verificamos que 95,4% dos professores acreditam na possibilidade de aprendizado das demais disciplinas por meio da EF. (SOUZA et. al., 2016, p.382)

Já a monografia de Penha, indica que a melhoria, perpassa pela importância do engajamento dos mais diversos entes envolvidos, tanto do poder público quanto da sociedade civil, e pelo aumento nos debates sobre o tema. Este avanço passa igualmente pela defesa de mudanças nos deveres das autarquias, como vemos em seu trabalho:

Desse modo, é imprescindível que as políticas de governo garantam que o professor de Educação Física seja contratado para desenvolver de fato um trabalho pedagógico da Educação Infantil ao Ensino Médio, especialmente porque, outras áreas do conhecimento na escola conseguem atender a todos os ciclos da aprendizagem, pois são abordados em todo processo de escolarização.(PENHA, 2019, p.32)

Inferimos por fim que as obras indicaram como principais problemas, a falta de legitimidade da disciplina EF, e atribuem isso a não compreensão dos objetivos da disciplina, por parte da sociedade de modo geral, e também que as iniciativas governamentais, além de não favorecerem essa legitimação, carecem de ajustes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após expormos a função social da escola e da EF, a luz da PHC e da ACS, percorremos os principais marcos históricos que influenciaram a construção dos parâmetros educacionais e currículos seguidos atualmente, e analisarmos as principais e mais recentes obras, que tratam da importância da EF nas séries iniciais do ensino fundamental, identificamos que a produção científica, encontra-se incipiente, quando referimo-nos ao tema aqui proposto.

Essa produção deficitária está diretamente relacionada, a outros pontos, também identificados neste construto monográfico, como por exemplo: a necessidade de legitimação da EF, enquanto disciplina curricular, a compreensão dos seus reais objetivos, o pouco envolvimento da sociedade civil com o problema e as iniciativas públicas.

Sobre essa legitimação concluímos que o alinhamento entre o discurso e prática, é condição imprescindível para alcançar patamares equivalentes aos atribuídos a outras disciplinas, bem como o empenho dos próprios professores de EF, não permitindo que as aulas sejam tidas como momentos recreativos, desconsiderando conhecimentos historicamente construídos.

A identificação dos objetivos da EF, passa pela condição de permitir o acesso dos estudantes aos conteúdos, respeitando o direito dos alunos a uma educação plena, desprendida de preconceitos

e de quaisquer limitações, além de ações pedagógicas sistematizadas, organizadas e referenciadas, que permitam avaliar, concretamente, tanto os saltos qualitativos dos discentes, quanto a própria prática pedagógica.

Concluimos também, que a necessidade de engajamento dos entes da sociedade civil, tais como sindicatos e conselhos regionais, se mostra cada vez mais fundamental, promovendo debates que tragam luz aos problemas da educação, assim como fiscalizando o trabalho dos gestores da educação.

Deprendemos ainda que, as ações governamentais, considerando as responsabilidades das três esferas, seja criando, executando ou fiscalizando o cumprimento de normas, ligadas a educação, busquem, com maior empenho, aclarar a legislação, impedindo interpretações que distanciem o professor de EF licenciado das séries iniciais do ensino fundamental.

Por fim, mas não menos importante, compreendemos que precisamos reforçar o debate sobre a visão dos representantes do poder executivo, para que estes demonstrem em suas iniciativas que não tratam a educação como custo, mas sim como investimento, bem como para que os legisladores, cumpram seu papel de criar princípios que melhorem as condições de educação.

REFERÊNCIAS

30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança: avanços e desafios para meninas e meninos no Brasil / Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); coordenação editorial Elisa Meirelles Reis (et al.). - São Paulo: UNICEF, 2019

ANDRADE, LBP. Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais. São Paulo, 2010.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BREDA DOS SANTOS, Norma, Diplomacia e Fiasco. Repensando A Participação Brasileira na Liga das Nações. Brasília, Rev. Bras. Polít. Int. 46 (1): 87-112, 2003.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, Senado federal, Brasil, biênio 2017/2018, Brasília - 2017

Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010

COLETIVOS DE AUTORES. Metodologia do ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez ,1992.

GIL. A.C. (2002) Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª. ed. São Paulo: Atlas S/A.

LIBÂNEO, José Carlos. Perspectivas de uma pedagogia emancipadora face às transformações do mundo contemporâneo. Revista Pensar a Prática, Goiás, v. 1, p. 1- 22, jan./jun. 1998.

PENHA, Alexandre Francisco da, A educação física nos anos iniciais e suas implicações na escola / Alexandre Francisco da Penha. – Recife, 2019.

PIERI, Renan RETRATOS DA EDUCAÇÃO NO BRASI, INSPER INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA, SÃO PAULO – BRASIL – 2018

CONHECIMENTO E ESPECIFICIDADE DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR,
NA PERSPECTIVA DA CULTURA CORPORAL 1

Helder Guerra de RESENDE *

Antonio Jorge Gonçalves SOARES **

RICHARDSON, R.J. et. al. (1999) Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas S/A.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. In Diálogo Educacional. Curitiba, v.6, n. 19, p. 37-50, set./dez., 2006.

SELLTIZ, Claire. Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo: Herder, 1967.

SAVIANI, D. Escola e democracia. São Paulo: Cortez, 1985.

SUCHODOLSKI, B. A pedagogia e as grandes correntes filosóficas. Lisboa, 1978.

(Livros Horizonte).

TAFFAREL, Celi, HACK, Cássia; CASAGRANDE; Nair. Biomecânica Aplicada à Educação Física: Componente Curricular na Formação de Professores? In: Movimento, Porto Alegre, v. 22, n.

3, 957-970, jul./set. de 2016. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/62712/38863>. Acesso em 10/10/2020.

Tenório, Kadja Michele Ramos et al. Propostas curriculares para Educação Física em Pernambuco: entendimentos acerca do esporte. Rev. Bras. Ciênc. Esporte, Set 2015, vol.37, no.3, p.280-288. ISSN 0101-3289

TRIVIÑOS, AUGUSTO NIBALDO SILVA. Introdução à Pesquisa em Ciência Sociais. São Paulo: Atlas, 1987

VIEIRA, Sofia Lerche. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. RBPAE – v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr. 2007.

APÊNDICES



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Recife, 28 de abril de 2015.
Ofício Circular nº. 122 /2015 – GAB/SE

Senhores Dirigentes,

Segundo a LDB (LEI 9.394/1996):

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, (...).

(...)

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Informamos que a legislação que obriga a oferta de aula/conteúdo de Educação Física, até o 5º ano desobriga ser professor licenciado, valendo para todos os componentes curriculares. Portanto, o componente curricular Educação Física será trabalhado e avaliado nos anos iniciais do Ensino Fundamental como consta na malha curricular da Política de Ensino.

Quanto ao Diário de Classe, este deverá ser preenchido e finalizado seguindo as mesmas orientações dos demais componentes curriculares.

Diante do exposto, informamos que nosso objetivo é garantir ao estudante acesso ao conhecimento e sua participação em todas as atividades necessárias ao seu desenvolvimento integral.

Solicitamos que este Ofício Circular seja impresso e afixado na sala dos professores ou em local de fácil acesso para sua ampla divulgação. Em caso de dúvidas, ligar para a Gerência Geral de Política e Formação Pedagógica, no telefone 3355-5852.

Na oportunidade, apresentamos nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

ROGÉRIO DE MELO MORAIS
Secretário Executivo de Gestão Pedagógica
Secretaria de Educação do Recife

Senhores
DIRIGENTES E GESTORES DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO RECIFE

CAIS DO APOLO, 925 – 4º ANDAR – CEP 50.030-230 – RECIFE-PE – FONE: 3355.9134 – FAX: 3355.9159

Ativar o Windows
Acesse as configurações do computador para ativar o Windows.

